

Direitos e Justiça no Brasil: Ensaio de História Social
Por Lara, Silvia Hunold; Mendonça, Joseli Maria Nunes (org.)

Pelo direito a ter direitos: com barganha e argumento; ou chocando-se contra limites institucionais bem claros, como por exemplo a escravidão. Lidando com fortes pressões (a injustiça, a exploração e a desigualdade), aproveitando-se de brechas, valendo-se da lei, tecendo alianças com representantes instruídos, ou mesmo explorando brechas, indígenas, africanos, camponeses, trabalhadores escravos e livres – entre os séculos XVIII e XX – produziram direitos incomuns, às vezes surpreendentes. Talvez desconcertantes.

Afinal, a lei, no Brasil, serve apenas para prejudicar os inimigos? É fachada feita para inglês ver? Esperteza, corrupção e cinismo imperam no cenário ilusório da justiça? As elites se curvam ao domínio da lei? O povo sabe que tem direitos? Qual justiça esperava obter quando ingressou no sistema jurídico em nome de suas causas e queixas? Essas e outras perguntas foram encaradas, sem rodeios, por catorze especialistas – brasileiros ou estrangeiros. Resultado de pesquisa original e inovadora, *Direitos e justiça no Brasil: ensaios de História Social* é a mais nova coletânea do Centro de Pesquisa em História Social da Cultura da Unicamp.

Ao aproximar História e Direito, o livro abarca dois grandes períodos: o da escravidão e o do trabalho livre, e os associa por meio de dois elos fundamentais. Em primeiro lugar, os autores consideram que os elementos que constituem o direito e a justiça podem ser ambíguos, contraditórios ou conflitantes entre si. Leis editadas para um certo objetivo podem ser usadas com outros fins. Podem ser, inclusive, alvo de manifestação pública e coletiva. Em segundo lugar, os conflitos históricos da sociedade brasileira estão carregados de noções do que seja certo e legítimo. Como consequência, o leitor encontra um sistema judiciário e jurídico cujas arquitetura e construção acontecem no contexto da sociedade. Isto é, não ocorrem no vazio.

Organizado por Silvia Lara e Joseli Mendonça, *Direitos e justiça no Brasil* é um livro em que os ensaios demonstram, com rigor de análise e sólida pesquisa, que há direitos pelos quais vale a pena lutar, enfrentando, até mesmo, a morosidade do judiciário, que gosta de tudo decidir sem pressa nem pressão (como se pobres e trabalhadores pudessem esperar).

Mais ainda, a coletânea deixa claro que houve iniciativas consistentes e esclarecimento de valores da parte dos personagens estudados, fazendo o leitor enxergá-los em situações as mais distintas, no tempo e no espaço – o que é uma de suas melhores características. De fato, entrando em contato com a diversidade que as pesquisas apontam, o leitor irá se deparar também com a subversão do lugar do trabalho na sociedade brasileira, que é profundamente marcado por cerca de 350 anos de um escravismo juridicamente sancionado; a começar pelo fato de que os senhores deixavam escravos como herança, em seus testamentos. O livro mostra, precisamente, que os escravos não assistiam a essa situação de modo passivo e resignado.

Surgem, então, personagens históricos em contradição com uma sociedade na qual o lugar do trabalho tem sido notável pela ausência de direitos, pelo sofrimento, pelos mais variados

abusos e maus tratos, e ainda pelo fato de ser possível punir, penalizar ou descartar os trabalhadores, escravos ou livres, rurais ou urbanos. Logo, longe de vítimas passivas ou de fantoches manipulados, há atores que entram em cena alargando as possibilidades da lei e do direito, conseguindo resultados e justiça. O mais das vezes, é verdade, fica claro que é preciso energia e disposição para travar os embates.

Entre favores, aquilo que não é permitido fazer e aquilo que se deve fazer; entre protestos, apelos, queixas, ações e lutas, *Direitos e justiças no Brasil* é um livro decisivo. Nos revela o longo processo de invenção tanto da liberdade quanto da cidadania.

www.editora.unicamp.com.br

Antonio Luigi Negro

Professor do Departamento de História da UFBA

Revista de História da Biblioteca Nacional, n. 12, setembro de 2006

<http://www.revistadehistoria.com.br:80/v2/home/?go=detalhe&id=113>